



ATA DA 319ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2 No dia vinte e sete de junho de dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, no auditório da
3 Secretaria do Planejamento - SEPLAN, teve início à 319ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de
4 Meio Ambiente - CEPRAM, conduzida pelo conselheiro Eduardo Mattedi Furquim Werneck, Secretário
5 Executivo e presidente em exercício, representante da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA.
6 Estiveram presentes os conselheiros: Aurinézio Calheira e Sergio Bastos representantes do Comitê de
7 Fomento Industrial de Camaçari - COFIC; Ana Maria de Lima Santos e Vera Frazão, representantes
8 da Secretaria de Infra-Estrutura - SEINFRA; Celene Almeida de Brito representante da entidade
9 ambientalista Educação e Gestão Ambiental - GRIN9; Luis Ricardo Montagna representante da
10 Associação Cultura Arte e Ecologia - ASCAE; Erisvaldo Silva Melo representante da entidade
11 ambientalista Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia Terra Viva;
12 Fernando Oliveira representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia -
13 FETAG; Isabel Ligeiro representante do Instituto de Defesa, Estudos e Integração Ambiental - IDEIA;
14 José Cisino Menezes Lopes representante da Cooperativa de Desenvolvimento do Agronegócio do
15 Oeste da Bahia - CODEAGRO; José Roberto Caldas representante da Entidade Ambientalista Pró-Mar;
16 José Roberto Celestino representante do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e
17 Engenharia Consultiva - SINAENCO; Lucedalva Xavier Barbosa representante da Associação dos
18 Engenheiros Agrônomos da Bahia - AEABA; Laelson Dourado representante da Secretaria da
19 Indústria, Comércio e Mineração - SICM; Letícia Nobre representante da Secretaria da Saúde;
20 Marcelo Miranda representante da Associação Profissional de Engenheiros Florestais do Estado da
21 Bahia - APEFEBA; Ney Antonio de Souza representante da Federação das Indústrias do Estado da
22 Bahia - FIEB; Pablo Villanueva representante da Associação Rosa dos Ventos; Sergio de Almeida
23 Bastos representante do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - COFIC; Kennedy Tavares
24 representante da entidade ambientalista Fundação Terra Mirim; José Roberto Celestino representante
25 do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCO; César
26 Roberto Carqueija representante do Conselho Regional de Biologia 5ª. Região - CRBIO-5; Silvana
27 Nunes da Costa representante da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI;
28 Romeu Temporal representante da Secretaria do Planejamento - SEPLAN; Iglesias Cabalero
29 representante do Instituto de Ação Ambiental da Bahia - IAMBA. Eliuda Soares, Jader da Silva e Kitty
30 Tavares representantes da Secretaria Executiva do CEPRAM; Silvio Orrico representante do Centro de
31 Recursos Ambientais - CRA, além de convidados. Constaram em pauta: abertura da sessão;
32 apresentação sobre licenciamento das Estradas, DERBA e DNIT; apreciação das Atas da 317ª e 318ª
33 Reunião Ordinária; Relato de Processos: adiado e novos; informes; O que Ocorrer. O conselheiro
34 Eduardo Mattedi cumprimentou a todos e como havia *quorum* regimental, a sessão foi aberta; a
35 conselheira Vera Frazão apresentou histórico sobre o funcionamento dos órgãos responsáveis a
36 atividade de licenciamento de estradas; definições e classificações dos empreendimentos; a Norma
37 Técnica 007/02 que dispõe sobre este tipo de licenciamento e aplicação das atividades de
38 planejamento, implantação, restauração e operação de empreendimentos rodoviários; por fim,
39 apresentou alguns registros fotográficos que ratificam a atuação desses empreendimentos. Em
40 seguida, o professor Miguel Accioly da Universidade Federal da Bahia- UFBA, apresentou o processo
41 de elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual de Sete Passagens - Diagnóstico feito por essa
42 Universidade. O conselheiro Mattedi passou a palavra a Sarah Alvez coordenadora de Unidade de
43 Conservação da Superintendência de Florestas, Biodiversidade e Unidade de Conservação -
44 SFC/SEMA. Sarah Alvez ressaltou que o Parque foi criado a partir de uma demanda da comunidade;
45 registrou as presenças do Gestor Zeles Pereira e dos membros representantes do Conselho Gestor
46 Srs. Custódio Coutinho, Marivaldo Alves e Nailza Maria de Oliveira. A conselheira Lucedalva Barbosa
47 registrou a presença do elaborador do projeto do Parque Sete Passagens, Sr. Horácio Cajazeira. O
48 conselheiro Mattedi passou para a aprovação das Atas 317ª e 318ª que foram aprovadas com
49 algumas alterações. Em seguida, Apreciação dos Processos Novos referentes às propostas de
50 instalação de Usina Termoeletrica para concessão de Licença de Localização, cujos processos foram
51 apresentados em conjunto por tratar do mesmo empreendimento, a saber: Ellobrás Infra-Estrutura e
52 Participações Ltda nos municípios de Dias D'Ávila, Camaçari e Candeias; o conselheiro relator Ney
53 Antonio de Souza **do Processo nº 2008-000587/TEC/LL-0004**, apresentou voto favorável e
54 comentou que as licenças do entorno do Pólo Industrial de Camaçari e Dias D'Ávila são consideradas
55 protegidas pela Portaria nº 5010 do Instituto de Meio Ambiente - IMA, que estabelece padrões de
56 monitoramento do Pólo, possibilitando uma manifestação favorável à concessão de licenças para esse
57 tipo de atividade nessas áreas. O conselheiro relator Sergio Bastos do **Processo nº 2008-**
58 **000585/TEC/LL-0003**, disse que tinha conhecimento do controle de riscos e inspeções
59 atmosféricas previamente feitas, bem como as simulações simultâneas realizadas nos municípios de
60 Camaçari e Dias D'Ávila considerando favorável do ponto de vista para instalação de Termoeletrica e

61 acrescentou condicionantes, principalmente, para que seja atendida a Portaria nº 5010 do IMA. O
62 conselheiro relator Fernando Oliveira solicitou adiamento ao **Processo nº 2008-000595/TEC/LL-**
63 **0007**, por ele relatado e justificou a não conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho para
64 elaboração da Norma Técnica que terá efeito de padronizar os critérios e procedimentos para
65 instalação de Termoelétricas; reforçou a necessidade de realizar essa reunião tendo em vista as
66 demandas previstas para deliberação do Conselho. A conselheira Letícia Nobre que relatou o
67 **Processo nº 2008-000606/TEC/LL-0012**, apresentou voto favorável com acréscimo de
68 condicionantes especificamente com relação ao monitoramento e minimização dos níveis de pressão
69 sonoras, para trabalhadores, e ambientais; questionou a falta de informação sobre as áreas de
70 influências do empreendimento; ressaltou caso haja a Licença de Implantação, a empresa deverá
71 apresentar projetos de avaliação e minimização de impactos ambientais, conforme solicitado pelo
72 IMA, haja vista a necessidade de tecnologias mais adequadas; falou da necessidade de esclarecer os
73 procedimentos para monitoramento e manejo de consumo de toda água a ser utilizada pelo
74 empreendimento. O conselheiro Mattedi esclareceu que a Usina Termoelétrica tem a finalidade de
75 gerar energia emergencial, ou seja, funcionaria como complemento de fornecimento de energia em
76 casos de dificuldades; considerando o custo baixo para implantação, mas com o custo alto para
77 geração de Termoelétrica, tornando-se inviável o funcionamento contínuo. A conselheira Celene
78 Almeida sugeriu uma ampliação da visão da Compensação Ambiental, e, a inserção de projetos de
79 responsabilidade sócio-ambiental com eco-projetos de geração de renda e participação das
80 comunidades do entorno. A conselheira Letícia Nobre reforçou a importância de padronizar
81 procedimentos para todos os projetos de Termoelétricas. O conselheiro Pablo Villanueva registrou sua
82 preocupação quanto ao aquecimento global e a busca de alternativa de geração de energia para
83 composição da matriz energética, e manifestou contrário a todas instalações de Termoelétricas,
84 incluindo o processo de sua relatoria; disse que uma vez vencido o seu posicionamento solicitaria
85 como condicionante a obrigatoriedade do seqüestro de carbono do que for gerado para atmosfera na
86 medida de dois pra um, e solicitou avocação aos processos de pedido de Licença de Implantação. O
87 conselheiro Mattedi esclareceu, para que as empresas participassem do Leilão da Agência Nacional de
88 Energia Elétrica - ANEEL, precisaria de um posicionamento do Conselho. O conselheiro Marcelo
89 Miranda falou considerando o pedido de concessão de Licença de Localização dentro de uma área
90 destinada a esse tipo de atividade, e por tratar-se de uma preparação para base de crescimento
91 econômico, manifestou-se favorável àquelas licenças. O Sr. Kennedy Tavares representante da
92 Fundação Terra Mirim falou que o combustível era muito importante para o funcionamento de
93 Termoelétrica; disse que o Estado da Bahia dispõe de uma condição excepcional para esse tipo de
94 atividade, e sugeriu a utilização do gás natural, por ser menos poluente e causaria menos impacto.
95 Os processos foram votados individualmente. O conselheiro Pablo Villanueva ratificou sua posição
96 perante o processo por ele relatado. O conselheiro Mattedi questionou se as condicionantes propostas
97 pela conselheira Letícia Nobre se aplicarão aos demais processos. A conselheira Celene Almeida
98 complementou a sua sugestão, além de eco projeto de geração de renda fosse acrescentado
99 educação ambiental. Os conselheiros Fernando Oliveira e Lucedalva Barbosa manifestaram favoráveis
100 a condicionante proposta pelo conselheiro Pablo Villanueva. O conselheiro Mattedi propôs a votação
101 dos **Processos nºs 2008-000598/TEC/LL-0009, 2008-000595/TEC/LL-0007, 2008-**
102 **000593/TEC/LL-0006, 2008-000585/TEC/LL-0003, 2008-000587/TEC/LL-0004, 2008-**
103 **000606/TEC/LL-0012**, Ellobrás Infra-Estrutura e Participações Ltda, em discussão, conselheiros
104 relatores Pablo Villanueva, Fernando Oliveira, Marcelo Miranda, Aurinézio Calheira, Irundi Edelweiss e
105 Letícia Nobre, respectivamente; registrou que o Grupo de Trabalho se reunirá para discutir e definir
106 as condicionantes propostas e outras que porventura possam ser acrescentadas. Ato contínuo, o
107 conselheiro Mattedi apresentou a proposta nº 01: votar às recomendações e sugestões de
108 condicionantes apresentadas a serem submetidas ao GT para definir, adequar e/ou adicionar a
109 Licença de Implantação para funcionamento de Usina Termoelétrica que forem aprovadas através do
110 Leilão; a Proposta nº 02: pelo Voto do conselheiro Pablo Villanueva contrário à concessão dessas
111 licenças e avocação do Processo de Licença de Implantação. Naquele momento, oito conselheiros
112 votaram na proposta nº 01, e cinco conselheiros votaram na proposta nº 02. O conselheiro Mattedi
113 consultou o plenário se aquelas recomendações e sugestões de condicionantes poderão ser aplicadas
114 a todos os processos que constaram em Pauta. O conselheiro Fernando Oliveira ratificou o seu pedido
115 de adiamento ao Processo indicado para sua relatoria, considerando a falta de referência para
116 elaborar um Parecer digno de aprovação; ressaltou que apoiava as condicionantes sugeridas pelo
117 conselheiro Pablo, todavia não significasse que fosse favorável ao voto contrário a concessão da
118 licença. O conselheiro Mattedi esclareceu que, na prática, o pedido de adiamento ao processo feito
119 pelo conselheiro Fernando Oliveira inviabilizaria a participação da empresa no Leilão da ANEL. Ato
120 contínuo, o conselheiro Fernando Oliveira retirou o seu pedido de adiamento considerando os
121 compromissos assumidos pelo colegiado de avançar as reuniões do GT e reforçou que fosse realizada
122 no espaço da SEMA, e recomendou voto favorável. Foi definida que a reunião do GT Termoelétricas
123 será realizada no dia 11 de julho, às 08h30, na sala de reuniões desta Secretaria. Em seguida,

passou para o **Processo nº 1420060048056**, Associação dos Proprietários de Reservas Particulares da Bahia e Sergipe – PRESERVA, conselheiro relator Laelson Dourado que apresentou voto favorável à inscrição da referida entidade no Cadastro da Comissão Estadual de Entidades Ambientalista – CEEA. O conselheiro Ricardo Montagna pediu vistas ao processo e foi concedida. Passou para o **Processo nº 2008-002460/TEC/LL-0038**, Termo de Referência – TR para Licença de Localização da Renova Energia S/A, conselheiro relator Erisvaldo Melo que considerou prazo insuficiente para o recebimento do processo, bem como contrário a aprovação de termoeletrica para esse tipo de combustível. Passou para os **Processos nºs 2008-001060/TEC/LL-0019 e 2008-001062/TEC/LL-0020**, Bahia Pequena Central Hidrelétrica S/A conselheiro relator Laelson Dourado que apresentou voto favorável ao Termo de Referência. O conselheiro Eduardo Mattedi colocou em discussão. O conselheiro José Cisino registrou voto contrário à instalação de Pequena Central Hidrelétrica – PCH. A conselheira Isabel Ligeiro comentou que considerava complicada a instalação de três PCH’S no leito do mesmo rio, ressaltando o desconhecimento de proteção ambiental por parte dos governos; registrou que na sua opinião, o Termo de Referência para o licenciamento nessa localização deveria ser único, a ser observado com convicção de que os recursos ambientais e a biodiversidade da Bacia Hidrográfica serão preservados. O conselheiro Mattedi passou a palavra a Silvio Orrico que falou da possibilidade de ser elaborado um estudo integrado, haja vista, tratar do mesmo empreendedor. O conselheiro Mattedi colocou em votação e os processos foram aprovados com um voto contrário. Passou para o **Processo nº 2007-001805/TEC/LL-0021**, Ara Energia Ltda, conselheira relatora Maria Valéria que apresentou voto favorável. O conselheiro Mattedi colocou em discussão seguida à votação, foi aprovado por unanimidade. **Processo nº 2007-008146/TEC/LI-0082**, Property Logic Brasil Empreendimentos e Participações Ltda, Termo de Referência para Licença de Localização, conselheira relatora Ana Maria solicitou adiamento. **Processo nº 2007-001130/TEC/LL-0015**. Luso Brasil Empreendimentos Ltda, Termo de Referência para Licença de Localização, conselheiro relator João Lopes. O conselheiro Mattedi colocou em discussão. O conselheiro Pablo Villanueva pediu vistas ao processo para discutir o TR junto ao Comitê Estadual da Biosfera, considerando que o empreendimento estaria localizado na APA Santo Antonio no Corredor Central da Mata Atlântica. Passou para o **Processo nº 1420080018536**, Diretoria de Unidade de Conservação/SFC/SEMA, Plano de Manejo do Parque Estadual das Sete Passagens, conselheiro relator Marcelo Miranda pediu esclarecimentos sobre algumas informações constantes nos autos do processo, a exemplo do Decreto Federal nº 4340, que regulamenta as Unidades de Conservação, no seu artigo 12, estabelece que o Plano de Manejo de Unidades de Conservação elaborado pelo Órgão Gestor ou proprietário será aprovado através de Portaria do Órgão executor em caso de Parque Nacional; questionou se havia conhecimento desse encaminhamento ou se seria através de Resolução CEPRAM, contudo, solicitou diligência para que outros documentos fossem apensados ao processo. O conselheiro Marcelo Miranda convidou o conselheiro Iglesias Cabalero para participar das discussões referente a esse Plano, na reunião da Comissão de Meio Ambiente do CREA-Ba. Passou para O que Ocorrer: o conselheiro Mattedi apresentou uma carta da Associação de Proprietários e Moradores do Loteamento Miragem, município de Lauro de Freitas, na qual reivindica um diálogo intersetorial entre o CEPRAM e a Diretoria de Gestão Ambiental da Secretaria de Planejamento e Turismo – SEPLANTUR desse município. Foi apresentada a Moção proposta pelo conselheiro José Roberto referente à oficialização de área marinha protegida para maricultura natural, localizada no recife de corais das Caramuanas, submetida à aprovação do plenário e foi aprovada por unanimidade. O conselheiro Mattedi falou dos três Seminários de Governo que deverão ser promovidos pela SEMA, durante as comemorações em homenagem ao 35 anos do CEPRAM, a partir de outubro; falou que a Secretaria pretendia realizar um Seminário conjunto entre o Cepram e o Fórum Baiano de Mudanças Climáticas; registrou que o Governador assinará no dia 8 de julho um acordo de Cooperação Técnica com o Embaixador Britânico a ser operado através de Governos locais pela sustentabilidade (ICLEI), junto a SEMA para viabilizar estudos necessários ao Plano Estadual de Enfrentamento das Mudanças Climáticas, como parte do Plano Estadual de Meio Ambiente que deverá ser constituído, além desse plano outros elementos; disse que estava faltando criar o modelo desse Seminário e gostaria de alinhar este modelo e os temas propostos com alguns conselheiros, no sentido de participar e colaborar com a realização desse evento. A conselheira Letícia reiterou a sugestão apresentada anteriormente sobre a discussão do tema: “exploração mineral no Estado”. O conselheiro Aurinézio Calheira enfatizou, a importância de se apresentar dados concretos sobre os feitos deste Conselho, a exemplo do modelo de gestão do Pólo Industrial que teve um apoio bastante relevante do CEPRAM. O conselheiro Roberto Celestino ressaltou, a necessidade de se contemplar as questões de Saneamento. Os conselheiros Sergio Bastos, Roberto Celestino e Silvana Nunes manifestaram interesse em participar do grupo que irá preparar as atividades direcionadas para esse Seminário. Foi proposta a criação de Câmaras Técnicas de Infraestrutura e Gestão Ambiental Compartilhada. O conselheiro Fernando Oliveira registrou que participou de uma reunião de Grupo de Trabalho, no município de Abaíra, divisa do município de Jussiapé/Mucugê e teve conhecimento de que a empresa GERDAU estava com uma proposta de atividade de mineração, naquela região, que

poderá alcançar cinco municípios, inclusive a APA Serra do Barbado, bem como a área das nascentes do Rio de Contas; ressaltou que essa atividade poderá atingir mais de 50 mil hectares e envolver centenas de famílias; disse que empresas estão atuando de forma a pressionar as famílias a venderem suas propriedades; fez um apelo ao Colegiado, para que ficasse atento a esse processo, pois além do problema social que poderá causar na região, teria também a questão ambiental, por isso a FETAG foi acionada; registrou que não considerava como uma denúncia formal, mas previamente deixaria o Conselho e área ambiental do Estado da Bahia alerta a essas questões; informou que participou de um G.O da Cachaça – Grupo Gestor Executivo da Associação de Produtores de Cachaça de Abaira e região; falou da existência de uma Cooperativa com 144 sócios, que tem como meta ampliar para mais de 1000 até 2010; disse que foi constatada uma série de travamentos legais, impedindo a obtenção da Licença Ambiental, o que deixa a COOPAMA exposta à possibilidade de um Auto de Infração de Multa por parte da fiscalização do IMA; solicitou que a SEMA possa fornecer pessoal técnico para fins de realizar estudos necessários que viabilizem a regularização do licenciamento ambiental naquela região; ressaltou o Termo de Referência elaborado e aprovado pelo CEPRAM para o Projeto Agrópolo, dessa mesma região, que poderia servir como base. Silvio Orrico, diretor de licenciamento, informou que o IMA licenciou uma Cooperativa de Garimpo de Esmeralda nessa região, e quanto a questão da Cooperativa citada pelo Conselheiro Fernando necessitaria de ser estabelecido um formato para aquele tipo de atividade. O conselheiro Mattedi informou que a SEMA se reuniu com as entidades ambientalistas Estadual dando-se início a um processo denominado de Agenda Ambiental visando promover um diálogo com essas entidades; registrou que estava sendo aplicada a avaliação estratégica no Estado da Bahia. O presidente em exercício, Eduardo Mattedi Furquim Werneck agradeceu a todos e como não havia mais nada a ser discutido, a sessão foi encerrada às 17h30. Eu, Eliuda Soares, lavro e assino esta ata com os demais membros representantes. Salvador, 27 de junho de 2008.

Presentes:

Eduardo Mattedi – Secretário Executivo e Presidente em exercício

Membros:

Ana Maria de Lima Santos – SEINFRA

Erisvaldo Silva Melo – Terra Viva

Fernando Oliveira – FETAG

Isabel Ligeiro – IDEIA

José Cisino Menezes Lopes – CODEAGRO

José Roberto Caldas - PROMAR

José Roberto Celestino – SINAENCO

Laelson Dourado - SICM

Letícia Nobre – SESAB

Lucedalva Barbosa - AEABA

Marcelo Miranda – APEFEBA

Ney Antonio de Souza - FIEB

Pablo Vilanueva - Rosa dos Ventos

Ricardo Montagna - ASCAE

Sergio de Almeida Bastos – COFIC

Silvana Nunes - SEAGRI

Vera Frazão – SEINFRA

Kennedy Tavares – Fundação Terra Mirim

Secretaria Executiva/SEMARH/SPS

Kitty Tavares, Eliuda Soares, Jader Silva, Marina Ferreira

CRA: Silvio Orrico – diretor